

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S.GENS

Moeda: EUR

Contribuinte: 508408105

Demonstração de resultados por naturezas em 13 de 2018

(modelo para ME)

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		32.476,90	26.738,40
75		Subsídios à exploração		33.643,00	54.170,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-28.933,29	-32.435,64
	62	Fornecimentos e serviços externos		-11.960,25	-13.077,33
	63	Gastos com pessoal		-36.892,52	-29.663,97
762	65	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos		1.093,62	7.722,54
	68	Outros gastos e perdas		-1.206,66	-10.260,70
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-11.779,20	3.193,30
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-2.910,25	-2.907,03
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14.689,45	286,27
79	69	Gasto Líquido de Financiamento		0,00	0,00
		Resultado antes de impostos		-14.689,45	286,27
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-14.689,45	286,27

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A. Administração/Gerência

O Técnico oficial de contas

M. M. M. Barros
 Maria Gorete dos Santos
 Elizabeth Tatiana Silva
 Ana de Almeida
 Sônia Daniela Silva Mendes

BALANÇO (Modelo Reduzido) em 15 de 2018

Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		48.210,19	51.120,44
Propriedades de Investimento		5.000,00	0,00
Investimentos financeiros		253,38	117,25
Subtotal		53.463,57	51.237,69
Activo corrente			
Inventários		569,18	94,38
Estado e outros entes públicos		8.963,44	7.873,60
Outras contas a receber		2.377,74	2.420,14
Diferimentos		448,22	426,11
Caixa e depósitos bancários		9.618,44	28.191,40
Subtotal		21.977,02	39.005,63
Total do activo		75.440,59	90.243,32
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		50,00	50,00
Resultados transitados		44.993,57	44.707,30
Outras variações de capital próprio		31.500,00	32.200,00
Subtotal		76.543,57	76.957,30
Resultado líquido do exercício		-14.689,45	286,27
Total do capital próprio		61.854,12	77.243,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		981,06	1.297,08
Estado e outros entes públicos		1.403,16	785,37
Financiamentos obtidos		6.000,00	6.000,00
Outras contas a pagar		5.202,25	4.917,30
Subtotal		13.586,47	12.999,75
Total do Passivo		13.586,47	12.999,75
Total do capital próprio e do passivo		75.440,59	90.243,32

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência:

O Técnico oficial de contas:

Manuel Bento Amorim
Cláudia Cordeiro Nunes Mendes
Luís Taboada Rodrigues
António António Corvellec Ribeiro
Sara Daniela Silva Mendes

Felipe
Andrés C. C. Sela P. Novis
Sofía D. C. Sela

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. GENS

ANEXO
2018

António L. R. Silva
Sociedade

Identificação da Entidade

A “ Centro Social e Paroquial de S. Gens” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” segundo os estatutos impostos por lei, com sede na Rua do Mosteiro 4820-661 S. Gens, Fafe. Tem como atividade a prestação de serviços de apoio social a infância, juventude e serviço de apoio domiciliário á terceira idade, com o objetivo principal de satisfazer carências sociais.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo , este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

1.2 Regime do acréscimo (periodização económica) :

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “ devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

1.3 Consistência de Apresentação:

As demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras . Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

1.5 Compensação:

Antonio C. C. Silva
Soufflet

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “ Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “ Outros rendimentos operacionais”.

2.2 Inventários

Armando C. C. Selva
1-1
6/2012

Os “Inventários” estão registrados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registrada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Cientes e outras contas a Receber

Os “clientes” e as “outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequências de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recilhada, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem á diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rúbrica “Caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

2.4 Fundos Patrimoniais

A rúbrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais são compostos por:

- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Antonio C. C. Silva
Souza

2.5 Provisões

Periódicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação ocorra o exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

2.6 Financiamentos Obtidos

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “ Fornecimentos e Serviços Externos”.

2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no nº3 do art.10 encontram-se sujeitos a IRC á taxa de 17% até á matéria coletável de 17,500,00 e sobre a matéria coletável remanescente a taxa de 21% nos termos do nº5 do art.87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e ás taxas previstas no art.88 do CIRC.

No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social, até 2000, inclusivé, cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitos a revisão.

Esta rubrica inclui as retenções efetuadas referentes ao trabalho dependente e independente, bem como o valor da restituição do IVA.

2.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago

*Delia Nunes
Alameda C. C. J. no 1112
Sindicato*

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

2.9 Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Centro Social de Regadas cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica de “ Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração de resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

2.10 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

a demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “ Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ativos Fixos Tangíveis

Outros ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	53 420,61					53420,61

Arlindo C. E. P. de S. ¹⁻¹⁰
 Saldado

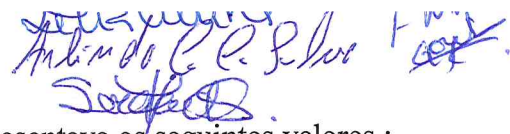
Equip. básico	9 333,78				9 333,78
Equip. transporte	1 000,00				1 000,00
Eq. administrativo					
Outros ativos fixos tangíveis	1 459,13				1 459,13
Investimentos em curso					
Total	65 213,52				65 213,52
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	4 067,11	810,23			4 877,34
Equip. básico	5 942,41	1 653,71			7 596,12
Equip. transporte	600,00	200,00			800,00
Eq. administrativo					
Outros ativos fixos tangíveis	576,53	243,09			819,62
Total	11 186,05	2 907,03			14 093,08
Quantia escriturada 51 120,44					

2018

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais		5000,00				5000,00
Edifícios e outras construções	53 420,61					53 420,61
Equip. básico	9 333,78					9 333,78
Equip. transporte	1 000,00					1 000,00
Eq. administrativo						
Outros ativos fixos tangíveis	1 459,13					1 459,13
Investimentos em curso						
Total	65 213,52					65 213,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	4 877,34	810,23				5 687,57
Equip. básico	7 596,12	1656,93				9 253,05
Equip. transporte	800,00	200,00				1 000,00
Eq. administrativo						
outros ativos fixos tangíveis	819,62	243,09				1 062,71
Total	14 093,08	2 910,25				17 003,33

Quantia escriturada 51 120,44

Inventários


 António E. C. Silva
 Director

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “ Inventários” apresentava os seguintes valores :

Descrição	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
	2017	2018
Inventário inicial	96,22	94,38
Compras	32 433,80	29 408,09
19 058,40Reclassificação e regularizações		
Inventário final	94,38	569,18
CMVMC	32 435,64	28 933,29

Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de serviços		
Mensalidades de utentes	32 476,90	26 738,40
Comparticipação de utentes		
Total	32 476,90	26 738,40

Subsídios do governo e apoios do governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios de Governo” e “Apoios Do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídio do governo	23 643,00	54 170,00
Total	23 643,00	54 170,00

Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2018, foram, respetivamente de 8 elementos. De um período para o outro não se verificou nenhuma saída.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações:

Haviam 5 pessoas ao serviço da entidade no exercício de 2018.

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do decreto lei 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no decreto lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela

Artur Augusto
Artur Augusto
Artur Augusto

Mesa Administrativa em 23 de Maio de 2019.

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

- Cientes e Utentes**

Para os períodos de 2018 e 2017 a rúbrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes C/C		
Cientes		
Utentes	32 361,30	26 242,20
Total	32 361,30	26 242,20

- Outras contas a receber**

A rúbrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018
Outros devedores	53,14	53,14
Total	53,14	53,14

- Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rúbrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Outras despesas c/custo diferido	448,22	426,11
Total	448,22	426,11

- Caixa e Depósitos Bancários**

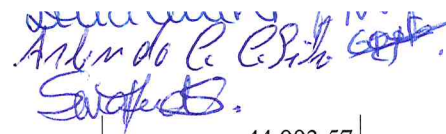
A rúbrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	5 229,85	3 432,60
Depósitos à ordem	4388,59	24 758,80
Depósitos prazo		
Total	9 618,00	28 191,40

- Fundos Patrimoniais**

Nos “fundos patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	50,00			50,00
Reservas				


 Armando C. Ribeiro
 Secretário

Resultados Transitados	44 007,30	286,27		44 993,57
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	32 200,00		700,00	31 500,00
Resultado Líquido do Exercício	286,27	286,27	14 736,3	-14 689,45
Total	77 243,57	286,27	15 675,72	61 854,12

• **Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores C/C	981,06	1 297,08
Total	981,06	1 297,08

• **Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 963,44	7 870,36
Imposto sobre o rendimento		
Passivo		
Segurança Social	1 403,16	710,37
Outros impostos e taxas		75
Total	7 560,28	8 655,73

• **Outras Contas a pagar**

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00		1 898,58
Credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores		5 202,25	3 018,72	
Total		5 202,25	3 018,72	1 898,58

• **Subsídios, Doações e Legados à Exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	33 643,00	54 170,00

Assinatura
Antônio G. L. Silva
1-1
Conte
Contador

Outras Entidades		
Total	33 643,00	54 170,00

- Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	4 017,07	5 213,82
Materiais	89,83	399,24
Energia e fluídos	6 776,99	6 641,65
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos:	1 076,36	822,62
Outros	260,91	183,18
Comunicação	6,75	33,75
Seguros	213,71	213,71
Limpeza, Higiene e conforto	591,69	391,98
Contencioso e notariado	3,30	
Total	11 960,25	13 077,33

- Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,02	
Outros rendimentos e ganhos*		
Donativos		
Imputação subsídios investimento	700,00	700,00
Outros	393,62	7 022,54
Total	1 093,62	7 722,54

- Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	66,63	138,2
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		

Outros gastos e perdas*		
Refeições		
Correções relativas a períodos anteriores		
Quotas		
Outros	1 140,03	10 122,50
Total	1 206,66	10 260,70

*Três maiores rubricas discriminadas por ordem decrescente

- **Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total		
Resultados financeiros	0,00	0,00

- **Acontecimentos após a data de balanço**

Não são conhecidos á data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Fafe, 23 de Maio de 2019

Técnico Oficial de Contas

Anabela Silva

A Direção

Almeida Barros
Ilva Costa Nunes
Liliana Silva Cunha
António Costa e Silva
Sora Daniela Silva Mendes